

Ecos de Guimarães

XIV Ano — Número 542

DIRECTOR, PROPRIETARIO E EDITOR — João Pereira da Costa

2.ª Série — 7.º Ano — N.º 48

Redacção, Gerência e Oficinas
45 — Rua do Gravador Molarinho — 49
CASA LUSITANIA

PUBLICAÇÃO AOS SABADOS
Guimarães, 29 de Dezembro de 1928

Assinatura por Ano
Cidade 12\$000 reis, pelo correio 15\$000 reis
BRAZIL, 25\$000 REIS

A melhor resposta

O nosso presadíssimo colega «A Voz» publicou há dias o artigo que na 3.ª página sob o título **Quem mandou matar?**... transcrevemos, por julgarmos, de entre todas, a melhor e mais oportuna resposta áqueles que julgaram possível confundir os seus crimes com a honra dos outros.

Só lamentamos que a já longa lista negra de assassinafos publicada pela «Voz», não esteja ainda completa, podendo também ser acrescida dos crimes de incendio, do Depósito de Fardamentos, da limpeza do Lazareto, da criminosa administração dos Bairros sociais, da Exposição do Rio de Janeiro, Transportes Marítimos, Superavit, história dos dolars, Aguas de Rodam, etc., etc.

Paiva Couceiro

Passa amanhã o seu aniversário natalício, o ilustre patriota, sr. Henrique de Paiva Couceiro, figura de inconfundível relêvo moral, que muito tem sofrido pelos seus ideais.

A sua firmeza de princípios, o seu bellissimo carácter e a sua extrema bondade, torna Paiva Couceiro querido e admirado por todos aqueles que tem a felicidade de com ele manter relações.

Julgamo-nos nesse número e por que temos por ele uma grande admiração e uma estima que não pode ser excedida, daqui o saudamos, fazendo votos pela sua saúde e felicidades.

Baile de Beneficência

A Comissão de Senhoras que organizou o Baile de Vila Pouca mandou entregar às casas de caridade os seguintes donativos, saldo apurado da referida festa:

Asilo de Santa Estefânia	1.300\$
Oficina de S. José	1.300\$
Creche de S. Francisco	600\$
Entrevados de S. Paio	600\$
Entrevados de S. Domingos	600\$
Entrev. de Santos Passos	600\$
Conferência de S. Vicente de Paula (Homens)	250\$
Conferência de S. Vicente de Paula (Mulheres)	250\$
Albergue de S. Crispim	125\$
Albergue das Trinas	120\$
Albergue de S. Miguel do Castelo	100\$

Soma Esc. 5.846\$

LUZ ELÉCTRICA

As considerações que já fizemos e continuaremos a fazer neste e noutros artigos acerca do monopólio da luz eléctrica, não se destinam à Comissão Administrativa da Câmara Municipal, que sabe muito bem como se deve pronunciar sobre o pedido da revisão de tarifas, mas ao público, para que se torne conhecido, em todos os detalhes, um assunto que lhe interessa.

A Câmara Municipal, por contracto de 24 de Setembro de 1901, concedeu (art. 1.º) «o fornecimento exclusivo da luz eléctrica para a iluminação pública e particular e usos industriais, durante o período de 30 anos, dentro do perímetro da cidade».

Nesse contracto estabeleceu-se ainda no artigo 39.º que «quando se deem circunstâncias extraordinárias que motivem a elevação dos preços dos materiais empregados na exploração da energia eléctrica, poderá o concessionário, de acordo com a Câmara, e com a aprovação do Governo, elevar os preços da venda, e ficou a Câmara, art. 30.º, com a faculdade de prorrogar por mais 20 anos o prazo da concessão.

A' sombra desta cláusula e mediante a diminuição do preço da luz pública e particular e de outras vantagens para o município, foi a concessão prorrogada por 10 anos pelo contracto de 26 de Julho de 1913, que, a arbítrio da Câmara, poderia ser rescindido em qualquer ocasião.

Em virtude da desvalorização da moeda, provocada pela guerra, que trouxe, como consequência inevitável, a carestia da vida, autorizou o Governo, pelo decreto 5335, de 26 de Março de 1919, a revisão dos preços estabelecidos nos contractos celebrados, antes da guerra, entre os Corpos Administrativos e os concessionários. Tinha, portanto, a empresa da luz eléctrica, nesta altu-

ra, assegurado, pela lei e pelo contracto, o direito de elevar os preços, de acordo com a Câmara.

Em vez, porém, de usar desse direito, aliás incontestável, o concessionário preferiu pedir à Câmara a conversão definitiva da prorrogação de 10 anos já concedida e uma nova prorrogação, também definitiva, de mais 10 anos.

A Câmara de então, como se tratava de um bom democrático, saltando por cima da lei e do parecer da Junta Geral do Distrito, concedeu a prorrogação definitiva, que foi reduzida a escrito no contracto de 30 de Agosto de 1919, no qual o concessionário se obrigou a *manter* os preços estabelecidos no contracto de 26 de Julho de 1913 e a *reduzir* o preço da energia eléctrica, aplicada em usos industriais.

O concessionário não ignorava o direito que tinha em elevar o preço da luz, mas queria, antes de mais nada, garantir, por mais 20 anos, o prazo do monopólio. E, para isso, serviu-se do *truc*, em que conscientemente se deixaram cair os vereadores seus correligionários, de *manter* os preços anteriores à guerra. O resto, o aumento dos preços, viria depois, como efectivamente aconteceu.

Em 1923 o concessionário ressuscitou o decreto de 1919, que autorizava a revisão das tarifas fixadas antes da guerra e conseguiu que a Câmara as elevasse, não obstante, em *contracto posterior à guerra*, se ter comprometido a manter os preços estabelecidos no 1.º contracto de prorrogação.

E é ainda por estas tarifas, que representam um favor da Câmara democrática, que o concessionário está a cobrar o preço da energia fornecida ao município e aos particulares.

Desde que em *contracto posterior à guerra* foram mantidos os preços anteriores, não

Museu Alberto Sampaio

Continuamos hoje a publicar os nomes das pessoas que subscreveram para o custeamento das vitrines e mais obras do Museu Alberto Sampaio:

Transporte	20.650\$00
Gonçalves & Castro	100\$00
Roberto Victor Germano, Sucessores	50\$00
João Gualdino Pereira, Sucessores	50\$00
José António Pereira	20\$00
Artur Sequeira	10\$00
José Joaquim V. de Castro	10\$00
Cândido José de Carvalho	50\$00
António F. de M. Guimarães	20\$00
Francisco Martins Fernandes & C.ª	60\$00
Francisco Faria	10\$00
António Virgem dos Santos	20\$00
Fernandes & Sobral	10\$00
João Baptista de Souza	50\$00
Aristeu Pereira	50\$00
António Per. Mendes & C.ª	20\$00
Manuel Joaquim da Cunha	50\$00
Joaquim Pereira Mendes	50\$00
Viscondessa d. Paço de Nespereira	100\$00
Dr. Sebastião Cardoso de Menezes (Nespereira)	100\$00
Dr. Joaquim José de Meira	20\$00
Dr. Artur Faria	100\$00
António d'Araújo Salgado	30\$00
Cunha & C.ª	30\$00
Jaime Pinto Guimarães	50\$00
António Augusto d'Almeida Ferreira	30\$00
Silva Guimarães & C.ª	50\$00
António L. da Silva Dantas	10\$00
Manuel Ferreira Guimarães	30\$00
Pereira, Simões & C.ª, L.da	50\$00
Soma	21.880\$00

Dr. Raúl Alves da Cunha

A folha oficial deve trazer por estes dias o despacho de transferência do sr. dr. Raúl Alves da Cunha, da Covilhã para Barcelos.

Folgamos com esta notícia. Ao ilustre magistrado, o «Ecos de Guimarães» cumprimenta respeitosamente.

podem aproveitar ao concessionário as disposições dos últimos decretos da Ditadura Nacional. Além disso o concessionário tinha de demonstrar que o monopólio lhe trazia prejuízos, e toda a gente sabe que ele ganha em cada ano muitas dezenas de milhares de escudos. E não admira que assim seja, porque, comprando a energia a *cincoenta reis*, está a vendê-la ao público a *setecentos e setenta reis*. E, sem contestação, a melhor indústria do concelho.

(Continua)

PAÇOS DO CONCELHO

Transcrevemos do nosso prezado colega, «Diário do Minho», o belo artigo que segue do nosso ilustre conterrâneo, sr. Padre Gaspar Roriz, referente aos novos Paços do Concelho; e igualmente publicamos o artigo do sr. A. L. de Carvalho, que, já no número passado, expoz a sua maneira de ver. Estamos dispostos a facilitar as colunas do nosso jornal a todos aqueles que desejem discutir o assunto.

Crónica Vimaranense

NE, SUTOR...

Quando anuí ao instante pedido, que me foi feito, para escrever estas desageitadas crónicas para o «Diário», não podia supor, não sonhava sequer, que elas chegariam a ter a honra da transcrição nos jornais da minha terra.

Transcrição e, o que é mais, palavras amigas de imerecido louvor, como as que me dedicou no seu último número o «Ecos de Guimarães» e que eu muito agradeço.

Mas o meu espanto sobe de ponto ao ver que o ilustre Presidente da C. A. da Câmara a leu em sessão e propôs que se arquivasse o exemplar do «Conquistador» em que foi transcrita a minha crónica intitulada os Paços do Concelho.

Se isto acontecesse há 40 anos, seria caso para tomar as proporções do escândalo a vaidadesinha que quasi sempre acompanha os devaneios e as ilusões da mocidade.

Agora, velho, doente e cansado, embora agradeça tôdas as deferências que hajam para comigo, olho-as, desta altura da vida, como o aeronauta olha, lá das alturas do espaço, para a terra os seus suntuosos e grandes edificios e monumentos, que lhe parecem bibelots, simples brinquedos de crianças...

Mas não se limitou a digna C. A. da Câmara a ler e arquivar aquela crónica.

Autorizou o ilustre Presidente a fazer uma exposição pública da planta do novo edificio parece que no intuito de proceder a um plebiscito.

Ontem, lá estavam pendurados num tapume, que vedá uns edificios em obras no largo do Toural, os quadros onde se ostenta a planta do ilustre arquiteto, e meu velho amigo, sr. Marques da Silva. Muitas pessoas acorreram a admirar o trabalho do ilustre professor.

Também lá fui. Chamou especialmente a minha atenção — pois já por muitas vezes tenho visto a planta — esta declaração assinada pelo Senhor Dr. António Mota Prego, que passo a transcrever na íntegra, até com os qualificativos com que a bondade de Sua Ex.^a fez acompanhar o meu nome:

«No jornal «O Conquistador», cujo exemplar apresento para ser arquivado, o respeitável cidadão, sr. Padre Gaspar Roriz, levantou uma questão de grande interesse para o município e, sobretudo, para esta cidade, acerca dos Paços do Concelho em construção.

Para que seja convenientemente tratada — não me refiro a S. Ex.^a, que por certo a estudou sob todos os seus aspectos — perante o público devidamente esclarecido, julgo acertado fazer expo...

dos quadros existentes neste edificio, acompanhando-a com alguns esclarecimentos e que se facilitem na secretaria quaisquer informações pedidas.

Correm na cidade, a respeito da referida obra, encontrados juízos que a discussão, se a houver, corrigirá ou confirmará; e haverá sempre utilidade para nós que só desejamos acertar.

Por isso, peço à Comissão me autorise a fazer a dita exposição.

O Presidente da C. A. da Câmara,

(a) A. Mota Prego.

As palavras que sublinhei precisam de uma explicação. *Eu não estudei a questão sob todos os seus aspectos.*

Não sou architecto, nem engenheiro, nem crítico de arte. Não me meto a emitir a minha opinião em assuntos que não conheça. As palavras de Apeles tenho-as sempre bem presentes: *Ne, sutor, ultra crepidam...*

Sou um simples cronista que, segundo a definição antiga, (quando se escrevia — *Chronica com h*) *é o individuo que relata o que se diz acerca de alguém ou de alguma successo*, e que modernamente se pode definir — *um disco do gramofone social onde se grava o que se diz à boca pequena.*

Foi isso o que eu fiz.

A digna C. A. da C. Municipal principiou a fazer o que eu pedia. Agora é preciso concluir.

Ontem, a admirar a planta do novo edificio estavam operários, negociantes, pessoas engravatadas. Não sei se por lá apareceu o... *sutor* de Apeles.

O que sei é que, na sua grande maioria, não havia competências. Eram quasi todos como eu, que não percebo nada daquilo.

Agora o que é preciso é reunir os competentes, Marques da Silva à frente. *¿A obra não fica acanhada? ¿Não custa os milhares de contos que se dizia?*

Para a frente!
Não preciso que me agradeçam o que fiz.

Bastam-me as consolações íntimas da própria consciência por haver acabado por uma vez com erros financeiros, se os há, e com apreciações descabidas, se o são.

PADRE GASPAR RORIZ.

O *Ecos de Guimarães* é o jornal de maior informação e tiragem, a todos interessando a sua leitura e o que mais vantagens oferece aos seus anunciantes.

O que eu penso

Por deliberação da Comissão Administrativa do Município foram expostos ao público, na Praça D. Afonso Henriques, as plantas de um projecto do architecto portuense sr. Marques da Silva, projecto aprovado em 1914 num concurso legal para um edificio dos novos Paços do Concelho.

É esta a segunda vez que as plantas deste projecto são expostas ao público. A primeira vez tiveram como galeria o salão nobre da Câmara, ao lado dos projectos de outros concorrentes. Agora, mais originalmente, tiveram um tapume de pinho e a via pública como *mise-en-scene*.

Igualmente divergem os factores determinantes destas duas exposições: a primeira teve em vista *interessar* os munícipes na efectivação de uma obra de progresso municipal, e, a segunda, ao que parece, *tomar o pulso* àquela crítica que, conforme analizei aqui no passado número, se confina nestes três pontos:

- que o edificio é acanhado;
- que a sua conclusão é cara;
- que é melhor... arrazá-lo!

Ignoro se tal crítica tem por si *argumentos de solução*, ou se apenas se limita a desferir a ária da sua discordância. Sei apenas que se estando a construir o edificio há 4 anos, não faz grande sentido de que só nesta altura a discrepância tome ar de campanha.

É hoje sexta-feira e ainda não vi, quasi ao final do dia, quais são as razões sérias da corrente que indica os Paços dos Duques de Bragança como coisa capaz de servir para repartições públicas. Julgo que é tempo de se patentear — embora me pareça mórbida a marcha dessa crítica que, passando todos os dias pelas obras, não achou pelo visto azada outra altura para acestar-lhe os seus focos de visão!

Há dois anos e meio escrevia eu no *Comércio de Guimarães* estas palavras:

«— *¿Tem essas obras municipais que ali junto à muralha se vêem em elaboração, algo de mau?*

¿Encontram, os entendidos na matéria, motivos para fazer reparos ao modo de administração dessas obras?

¿Tem o projecto do edificio falta de proporções architectónicas para o local onde se está construindo?

¿Algumas das ruas esboçadas levam directriz errada?

Eis o que é bom que se aprecie, que serenamente e sem espirito anticipado se discuta.

O que não dá certo, é esse sistema entre nós tão adoptado, do — «suporta e abstem-te». Ou pior ainda: do sistema de enguicho: dizendo mal de tudo e de todos!»

Escrevi isto em 4 de maio de 1926. Hoje, cá temos o resultado do — «suporta e abstem-te».

Desgraçada terra esta, sem correntes de opinião, sem veículos que as saibam formar e orientar, e onde por isso uma ou outra voz se perde... neste deserto!

A atitude da Com. Adm. do Município, consultando, melhor dizendo, querendo auscultar a opinião pública sobre o que pensa relativamente às obras dos novos Paços do Concelho, tem o seu quê de propósito plibiscitário. Simplesmente o assunto é delicado de mais para ter por parte da corrente popular um indicador de orientação segura, tam pouco está habituada a nossa gente em ler gráficos de plantas e, simultaneamente, ajusar sobre estimativas e orçamentos.

Reputo até um pouco perigoso entregar ao público, como quem diz, «a-tôda-a gente», um problema que só especializados engenheiros, críticos e artistas podem e devem resolver.

A não ser que a consulta pública seja apenas para *efeitos populares*. Por quanto, sendo a Com. Adm. composta de gente culta, a sua intelligência comprehende perfeitamente que nem sempre é nas maiorias que reside o melhor senso orientador — mormente para um assunto do qual apenas possuirá essa maioria um restrito critério, sem a necessária concepção da obra que um Architecto fez e um conjunto de architectos aprovou.

A. L. DE CARVALHO.

OSCAR BAPTISTA & C.^a, SUC.^{or}

CUMPRIMENTAM OS SEUS EX.^{mos} CLIENTES E DESEJAM-LHES BOAS-FESTAS E BOM ANO.

Vossa Excelência só se defende do frio, vestindo as lãs da CASA MARTINS. Camisolas e casacos de lã, meias e peúgas de lã, lucas polvinhos, lãs inglesas, lãs nacionais. O melhor sortido e mais barato, só na

CASA MARTINS.

CALDAS DAS TAIPAS

Realizou-se na igreja paroquial desta povoação, no passado dia 25, a festividade ao Menino Deus, sendo orador o rev.º Padre Paulino Afonso.

De tarde houve arraial e bazar de prendas, tocando a banda de Sande.

—Consta-nos que a Empresa Termal desta Estância, que desde alguns anos não pagava as respectivas contribuições ao Estado, foi ultimamente intimada ao pagamento de multa em virtude de tal infracção.

A propósito ocorre-nos falar nos estabelecimentos primitivos, que continuam em completo estado de abandono sem que tenhamos conhecimento que a Câmara Municipal do nosso concelho, como lhe compete, obrigue a mesma Empresa ao cumprimento do contracto.

E porque falamos nos estabelecimentos primitivos, devemos também dizer que no mesmo local, e desde há muitos meses, se encontra uma rãta aberta aonde é posta grande quantidade de água em verdadeiro estado de putrefacção, sem que cause à Sub-delegacia de Saúde o menor reparo. Mas se porventura aparece algum pequeno cano de esgôto sem estar nas devidas condições como tem sucedido, mas de pessoa que à Sub-delegacia não é affecta, imediatamente se passa aviso intimando reparações etc. etc.

Ora isto é lá possível sem que as autoridades intervenham como é de toda a justiça!?

Agora que ultimamente tomou posse do alto cargo de Director Geral de Saúde o ex.º sr. dr. José Alberto de Faria, é possível que as coisas mudem de rumo logo que tenha conhecimento do que se passa por estas tão lindas como infelizes Termas.

—O sr. Francisco de Oliveira, arrendatário do Hotel Vilas, distribuiu pelo Natal, aos pobres desta povoação, a importância de 500 escudos, proveniente da percentagem 1 p. c. cobrada aos seus hóspedes.

Em haja quem assim cumpre, sendo de lamentar que os outros hotéis não procedam igualmente.

—Sabemos estar completamente livre de perigos da enfermidade que ultimamente foi acometido, o venerando ex.º sr. Conselheiro Serafim Antunes. Folgamos sinceramente com a noticia dando os parabens a toda a Ex.ª familia.

—(C.)

O Ecos de Guimarães, aceita e agradece todas as noticias de interesse geral que lhe sejam enviadas para serem publicadas.

Piano-Vende-se

Em estado novo, com pouco uso, marca A. Bord, com banco e algumas músicas modernas; é Francês e está em Fafe, na rua Miguel Bombarda, 15, aonde pode ser visto.

Quem mandou matar?...

Soube-se, às vezes, quem matou. ¿Que bandidos ocultos andam, há vinte anos, a mandar assassinar portugueses em Portugal?...

A discussão levantada em torno do assassinato de Carlos da Maia, não há-de absorver-nos a ponto de nos fazer esquecer que a questão é mais larga e mais patética.

Não há apenas um homem morto! — há muitos!

Não há apenas uma viúva a quem o tempo não pôde enxugar as lágrimas: — há muitas!

Não há apenas um órfão ao desamparo: — há muitos!

Lágrimas que correm silenciosas? Orfãos que não apregoaram a sua orfandade?...

Que importa?... Não é por enfaticamente chorada que é a maior dor!

Por mais respeitável que seja o sofrimento daquelas a quem o Comandante Carlos da Maia, vilmente assassinado, deixou ao desamparo neste mundo — por mais respeitável que seja, por mais funda, não esqueceremos, nós, que a procissão dos mortos é maior, mais longa...

Façam silêncio um instante! Escutemos... Escutemos...

Há muitas viúvas que choram a sua viuves... Há muitos órfãos que choram o seu desamparo... E mães que choram os filhos...

Quem matou?... Quem matou?...

Quem mandou matar?...

Quem deixou matar? Quem?... Quem mandou matar El-Rei D. Carlos I e o Príncipe Real D. Luís Filipe, a uma esquina do Terreiro do Paço?...

E os assassinos foram g'orificadados. E o seu crime foi abençoado...

Venderam-se nas ruas estampas com os retratos dos homicidas, como se faz para os heróis! Ergueram-lhes um jazigo, donde um símbolo de ódio se levanta, por subscrição pública.

Houve terras onde os seus nomes foram dados a ruas e praças...

Mas quem mandou matar El-Rei D. Carlos I e o Príncipe Real D. Luís Filipe?...

Enquanto os assassinos eram glorificados, a Viúva era insultada no que tinha de mais puro e mais santo: — na sua viuvez dolorida, no seu coração despedaçado de Mãe, a quem, no mesmo dia, mataram, à sua vista, o marido e o filho!

Quem mandou matar?... Quem mandou matar?...

Quem matou o coronel Celestino da Costa e o capitão Manuel Joaquim de Barros nos quartéis?

Quem matou o Padre Barros Gomes e o Padre Fragues no Convento de Arroios? Quem

matou o procurador do convento das Trinas, José da Cruz, na rua da Santíssima Trindade?

Quem matou?... Quem mandou matar?...

—Há assassinos à solta?...

—Há: — porque há assassinatos impunes!

Mas quem matou?... Quem mandou matar?...

Quem matou o tenente Alberto Soares, no Hotel Francfort? E o tenente Barb Ferreira? E o sargento Pereira, na rua Victor Gordon? E Ramiro Pinto à porta do Ginásio? E o professor Queifão, à porta do Chave de Ouro?...

Quem matou?... Quem mandou matar?...

Quem matou o Senador João de Freitas, no Entroncamento? E o comandante Nunes da Silva e o comandante Assis Camilo a bordo? E o tenente Gomes da Silva e o sargento-aluno Oliveira, da Escola de Guerra? E o estudante Kruss Gomes, em sua casa por engano? E o estudante Jerónimo de Oliveira, em casa igualmente? E Homero de Lencastre, na rua do Bomjardim no Porto...

Quem matou?... Quem mandou matar?...

Há assassinos à solta?...

Há: porque há assassinatos impunes!

Quem matou?... Quem mandou matar?...

Quem matou o capitão Joaquim Libanio Soeiro, em Portalegre e o major Eduardo Correia, na Covilhã? Quem matou o chefe Barbosa, na rua Ivens e guarda n.º 1298, nas Escadinhas do Hospital? Quem matou Pereira Serrinha, à saída do Hospital de S. José e o guarda n.º 1354, à porta da Esquadra do Caminho de Ferro? Quem matou o cabo n.º 36, em casa, e o guarda n.º 400? Quem matou, em Braga, Miguel Soto Maior e o alferes Abreu e Melo?...

E quem mandou matar?...

E quem mandou matar na estação do Rossio o Presidente Sidónio Pais?

Sim: quem mandou matar?...

Soube-se quem matou... Mas quem mandou matar o Presidente Sidónio Pais, condenado à morte pela loja Cadet?

E quem matou Rufino de Lima, no Porto e o capitão Jorge Camacho no Terreiro do Paço? E João Bernardo, Nuno Pedro e Jacinto Parreira, em Lisboa. E Jerónimo Teixeira Dias, em Mangualde, depois de absolvido? E o polícia Gregório? E quem matou Francisco José de Paiva, em Braga?

E quem mandou matar?...

Quem mandou matar?...

Quem mandou matar?...

Quem mandou matar?...

Quem mandou matar?...

Quem mandou matar?...

Quem mandou matar?...

Quem mandou matar?...

Quem mandou matar?...

B. N. ULTRAMARINO

Para ser distribuído pelos nossos pobres recebemos, do Banco N. Ultramarino, por intermédio do seu activo gerente, sr. V. Pimenta, a quantia de 25 escudos.

Agradecemos a generosa oferta. No próximo número publicaremos os nomes dos contemplados.

Ceia do Natal

A Ceia da Natal no Albergue de S. Crispim, atingiu este ano um número avultado de contemplados. Sem desprimor para os outros membros da Comissão, salientamos o nome do nosso bom amigo, sr. José António Mendes Ribeiro, que há anos vem trabalhando por esta festa dos pobres, com carinho e amor, agregando a si outros amigos, para levar a bom termo tão simpática iniciativa.

S. H. da I. de Portugal

Procedendo se, ultimamente, à eleição dos novos corpos gerentes da Delegação de Guimarães da S. H. da Independência de Portugal, para o ano de 1929, deu o seguinte resultado:

Conselho Fiscal: — Presidente, P.º Gaspar da Costa Roriz; secretário, José Pinheiro; relator, Capitão Malaquias Augusto Souza Guedes.

Direcção: — Presidente, António Vieira d'Adrade; secretário, Eugénio da Costa Vaz Vieira; tesoureiro, Luís Ribeiro de Faria; vogais, Manuel Luís de Matos Junior e Arnaldo Alpoim da Silva e Menezes.

Há assassinos à solta, há, porque há assassinatos impunes!

Mas quem mandou matar, na mesma noite em que foi assassinado José Carlos da Maia, no Arsenal da Marinha, — quem mandou matar o Presidente do Ministério António Granjo, e o Almirante Machado Santos, e o comandante Freitas da Silva, o coronel Botelho de Vasconcelos e o chauffeur Jorge Gentil?

Quem matou?... Quem mandou matar?...

Quem matou o capitão Joaquim Libanio Soeiro, em Portalegre e o major Eduardo Correia, na Covilhã? Quem matou o chefe Barbosa, na rua Ivens e guarda n.º 1298, nas Escadinhas do Hospital? Quem matou Pereira Serrinha, à saída do Hospital de S. José e o guarda n.º 1354, à porta da Esquadra do Caminho de Ferro? Quem matou o cabo n.º 36, em casa, e o guarda n.º 400? Quem matou, em Braga, Miguel Soto Maior e o alferes Abreu e Melo?...

E quem mandou matar?...

E quem mandou matar na estação do Rossio o Presidente Sidónio Pais?

Sim: quem mandou matar?...

Soube-se quem matou... Mas quem mandou matar o Presidente Sidónio Pais, condenado à morte pela loja Cadet?

E quem matou Rufino de Lima, no Porto e o capitão Jorge Camacho no Terreiro do Paço? E João Bernardo, Nuno Pedro e Jacinto Parreira, em Lisboa. E Jerónimo Teixeira Dias, em Mangualde, depois de absolvido? E o polícia Gregório? E quem matou Francisco José de Paiva, em Braga?

E quem mandou matar?...

Quem mandou matar?...

Quem mandou matar?...

Quem mandou matar?...

Quem mandou matar?...

Quem mandou matar?...

Quem mandou matar?...

CARTEIRA

Aniversários

Fazem anos durante a semana, as Ex.^{mas} Senhoras:

Domingo, 30—D. Emília Maria Barbosa Corte Real.
Terça, 1—Condessa de Campo Belo, D. Laura Braga, D. Virgínia de Jesus Batista, D. Virgínia d'Oliveira Bastos Areias, D. Sofia Elvira Leão da Costa.
Quinta, 3—D. Madalena da Costa Carvalho Jacinto.
Sexta, 4—D. Maria das Dores de Campos Castro Azevedo Soares (Carcavelos).
Sabado, 5—D. Maria Henriqueta de Melo Sampaio (Pombeiro), D. Augusta Sequeira Freire (S. Martinho), D. Inês Augusta Infante.

E os Senhores:

Domingo, 30—Henrique de Paiva Couceiro.
Segunda, 31—José Cardoso Martins de Menezes (Margaride).
Terça, 1—Conde de Agueda, Dr. Pedro de Barros Rodrigues.
Quarta, 2—Joaquim Ribeiro da Silva.
Quinta, 3—Gaspar Pereira Leite de Magalhães e Couto.

Capitão Abreu Lima

Já se encontra restabelecido da doença que ultimamente teve o nosso ilustre amigo sr. Capitão Abreu Lima.

Tomás Rocha dos Santos

Deu-nos a honra da sua visita o nosso presado amigo sr. Tomás Rocha dos Santos, ilustre redactor de «A Voz» que aqui se encontra com sua ex.^{ma} esposa a passar as festas do Natal.

Nascimento

Teve há dias o seu bom successo, dando à luz uma criança do sexo masculino, a dedicada esposa do nosso bom amigo sr. Artur Fernandes de Freitas, a quem por tal motivo lhe apresentamos os nossos cumprimentos.

Doentes

Está bastante enfermo o Sr. Francisco José de Souza Machado, benquisto director da Caixa Geral de Depósitos, nesta cidade.

—Tambem tem estado doente o nosso ilustre amigo Sr. Capitão António Garcia de Souza Ventura.

Chegadas e partidas

Esteve hoje nesta cidade, o sr. P.^o Alvaro José da Costa, ilustre professor no Seminário de Évora.

—Já regressou a Lisboa, o nosso bom amigo, sr. José de Jesus Teixeira de Carvalho.

—A passar as festas do Natal, estiveram nesta cidade, os nossos bons amigos, srs. José da Silva Pinto dos Santos e Anselmo Almeida Ribeiro.

Casa ATLAS

Depósito de calçado Atlas, de agasalho, galochas, impremiáveis, casacos e meias de lã para homem e senhora, etc.

Máquina Singer

Vende-se uma quasi nova e por preço convidativo. Informa esta redacção.

... Avisamos

Recenseamento Militar

Todos os mancebos que até 31 de Dezembro corrente completarem 16 e 19 anos de idade são obrigados a participar, durante o mês de Janeiro, à Comissão do Recenseamento Militar (Secretaria da Câmara) que chegaram à idade de serem recenseados para o serviço militar, sob pena de pesadas multas.

Igual participação deve ser feita pelos pais, tutores ou pessoas de que os mancebos dependam.

Durante o referido mês de Janeiro devem também os pais ou qualquer outra pessoa de família dos mancebos que completarem a idade de serem inscritos no recenseamento militar, mas hajam falecido, promover a eliminação dos nomes dos mesmos mancebos, indicando a data dos seus falecimentos para se extraiem as indispensáveis certidões de óbitos.

LABORATÓRIO DE ANÁLISES MÉDICAS

DO Dr. Manuel Lobo

JUGUEIROS — FELGUEIRAS

Análises completas de sangue, líquido cefalo-raquidiano; urinas, escarros, fezes, leite, derrames, supurações, etc. Exames microscópicos e ultra microscópicos. Hemoculturas, auto vacinas, citodiagnósticos, etc. Reacções sifiliticas do sangue (Wassermann, Landau, Mac Donagh). Análises de substâncias alimentares, águas, etc.

EDITAL

Eu José Maria Gomes Alves, Chefe da Secretaria da Câmara Municipal e Agente do Recenseamento Eleitoral deste concelho.

Faz público em cumprimento do disposto no n.º 1 do art. 5.º do decreto n.º 16.286 de 24 de Dezembro de 1928, que as operações do recenseamento eleitoral tem início no dia 2 de Janeiro de 1929.

Que a inscrição nos cadastros eleitorais das freguesias deste concelho, será feita por acôrdo entre as respectivas Juntas de freguesia e Regedores, até o dia 22 de Janeiro de 1929, estando patente a exame na Secretaria da Câmara Municipal, até o dia 23 do mesmo mês e ano, o recenseamento do ano anterior, recebendo o Agente recenseador tódas as informações que possam concorrer para a boa confecção do recenseamento do corrente ano.

Para todos os fins legais se afixa o presente edital e outros de igual teor nos lugares públicos do costume, em tódas as freguesias do concelho, e vão ser publicados em dois jornais da terra.

Guimarães, Secretaria da Câmara Municipal, 29 de Dezembro de 1928.

O Chefe da Secretaria da Câmara, Agente Recenseador,

José Maria Gomes Alves.

Falecimentos

D. Berta F. dos Santos

No Pôrto succumbiu aos estragos da tuberculose, a senhora D. Berta Ferreira dos Santos, irmã do nosso amigo, sr. Manuel Ferreira, digno empregado bancário da casa Souza Júnior, Suc.^o O cadáver da extinta foi trasladado para o cemitério Municipal, desta cidade, ficando encerrado em jazigo de família.

Ao nosso amigo, sr. Manuel Ferreira e a tódas a família, envia o «Ecos de Guimarães» cumprimentos de pesar.

De luto

Pelo falecimento ocorrido no Porto de uma sua irmã, encontram-se de luto, os nossos bons amigos, srs. dr. Florêncio Lobo e António de Souza Lobo, a quem por tal motivo apresentamos sentidos pésames.

Remington A rainha das maq.

Mobilia de quarto

Em madeira de castanho com espelhos facetados, vende-se.

Nesta redacção dão-se informações.

ALMOEDA

2.ª Publicação

Pelo Juízo de Direito de Guimarães, e cartório do 5.º officio, no dia 13 de Janeiro próximo, por 14 horas, na loja onde estava instalado o Café Avenida, no Largo do Prior do Crato, desta cidade, vão à praça para serem entremesuradas a quem por elles maior lance offereça sobre a avaliação respectiva, na execução sumária commercial que Adriano José de Araújo, casado, comerciante, da rua 31 de Janeiro, desta mesma cidade, move contra Luís do Souto, também casado e commerciante, do Largo da Condessa do Juncal, desta referida cidade, os bens móveis que compunham o sobredito Café Avenida, os quais se acham descritos e avaliados no mesmo processo e a elles é depositário Alberto da Cunha e Castro, casado, negociante, daquelle largo.

Pelo presente são citados quaisquer crédores incertos para os termos da praça.

Guimarães, 21 de Dezembro de 1928.

O escrivão do 5.º officio,

José Maria Baptista Ribeiro. Verifiquei a exactidão:

O Juiz Presidente,

Artur Valente.

NOTICIARIO

Tríduo Eucarístico

Chega hoje a esta cidade o Santo Apóstolo, rev.^o dr. Francisco Cruz que ás 8 horas da noite fará na igreja da Misericórdia uma conferência aos homens.

Nos dias 30, 31 e 1 de Janeiro, pregará duas vezes por dia a todos os fieis: ás 6 horas da manhã e ás 4 horas da tarde.

Amanhã, 30 ás 2 1/2 horas da tarde, haverá a bênção da Bandeira da Obra das Marias dos Sacrários, admissão de Zeladores e Canto de Vésperas do SS.^{mo} Sacramento.

Todos estes actos se realizarão na igreja da Misericórdia.

Para o Céu

Faleceu uma filhinha do nosso bom amigo, sr. Paulino Ferreira, proprietário do Hotel Paulino. Os nossos cumprimentos.

«Ecos de Guimarães»,

O jornal de maior tiragem desta cidade

Arrematação

(1.ª publicação)

Em virtude de Execução que neste Juízo move António Pereira de Abreu, solteiro, maior, proprietário, do lugar da Polé, contra Bernardino de Castro Guimarães e mulher Custódia Pereira, proprietários, do lugar de Ferreiros ou Covos, todos da freguesia de Ronfe, desta comarca, ha-de proceder-se em hasta pública, à porta do respectivo Tribunal situado na rua do Grovador Molarrinho, desta cidade, no dia 13 de Janeiro próximo, pelas 12 horas, à arrematação da prestação do facto consistente em se escangalhar ou demolir a loja e parede com que os executados obstruíram uma servidão de passagem estabelecida para uma propriedade situada no lugar de Covos, Monte queimado, da referida freguesia, e que pertencia a Maria Rosa e depois ao exequente e outros, por outra propriedade situada no mesmo lugar e freguesia e pertencente aos executados, prestação que foi avaliada em 160\$00, sendo esta quantia a base da licitação. O arrematante fica à snjrito ao determinando na lei quanto a arrematações desta natureza.

Guimarães, 21 de Dezembro de 1928.

O escrivão do 2.º Officio,

Serafim José Pereira Rodrigues.

Verifiquei a exactidão.

O Juiz de Direito,

Artur Valente.